



CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª Objeto	4
Cláusula 2.ª Contrato	4
Cláusula 3.ª Prazo de vigência do contrato	4
Cláusula 4.ª Preço Base	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	5
SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 5.ª Obrigações principais do fornecedor	5
Cláusula 6.ª Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 7.ª Entrega dos bens objeto do contrato	7
Cláusula 8.ª Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico - Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem	7
Cláusula 9.ª 2.º e 3.º ciclos e Secundário - Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem	7
Cláusula 10.ª Sistema de Gestão de Refeições	8
SUBSEÇÃO III - DEVER DE SIGILO	8
Cláusula 11.ª Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 12.ª Prazo do dever de sigilo	8
SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO	8
Cláusula 13.ª Preço contratual	8
Cláusula 14.ª Condições de pagamento	9
Cláusula 15.ª Revisão de Preços	9
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	9
Cláusula 16.ª Penalidades contratuais	9
Cláusula 17.ª Força maior	11
Cláusula 18.ª Resolução por parte do contraente público	11
Cláusula 19.ª Resolução por parte do fornecedor	12
CAPÍTULO IV - SEGUROS	12
Cláusula 20.ª Seguros	12
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	12
Cláusula 21.ª Foro competente	12
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	12
Cláusula 22.ª Deveres de informação	12
Cláusula 23.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Cláusula 24.ª Comunicações e notificações	13
Cláusula 25.ª Contagem dos prazos	13
Cláusula 26.ª Legislação aplicável	13
CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS	14
Cláusula 27.ª Ementas	14
Cláusula 28.ª Matéria-prima alimentar	16

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Cláusula 29. ^a Preparação e arrumação das instalações	16
Cláusula 30. ^a Execução e distribuição.....	16
Cláusula 31. ^a Verificação da execução e distribuição	16
Cláusula 32. ^a Rejeição das matérias-primas e decisão após verificação.....	17
Cláusula 33. ^a Controlo.....	17
Cláusula 34. ^a Instalações e equipamentos	18
Cláusula 35. ^a Confeção de alimentação para outros fins	19
Cláusula 36. ^a Pessoal	19
Cláusula 37. ^a Irregularidades	20
Cláusula 38. ^a Anexos	20
ELENCO DE REFEITÓRIOS E TIPOLOGIA DE SERVIÇOS	21
ANEXO A	21
Escola Básica e Secundária Domingos Capela	24
Cozinha da Escola Básica Domingos Capela	24
Refeitório da Escola Básica e Secundária Domingos Capela.....	24
Escola Básica e Secundária Domingos Capela	26
Cozinha da Escola Básica Domingos Capela	26
Refeitório da Escola Básica e Secundária Domingos Capela.....	26
REGISTO DE FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO	28
ANEXO B	28
MORADAS E TELEFONES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.....	30
ANEXO C	30
Escola Básica Domingos Capela.....	31
REFEIÇÕES MENSAIS PREVISTAS.....	32
ANEXO D	32

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | **Objeto**


1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º ciclos do ensino básico e secundário do concelho de Espinho, de acordo com a estimativa estabelecida no anexo D deste caderno.
2. O número de refeições previstas no anexo D deste caderno de encargos, tem um caráter meramente indicativo, encontrando-se sujeito a eventuais alterações decorrentes do ordenamento da rede escolar ou outros contextos que lhes estejam adstritos.
3. O fornecedor dos bens, tem cabal conhecimento do objeto da presente aquisição de bens móveis, não podendo, como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução do contrato.

Cláusula 2.ª | **Contrato**

4. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
5. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
7. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação em vigor) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | **Prazo de vigência do contrato**

1. O contrato inicia a sua vigência no dia seguinte à data da publicitação no portal Base e termina quando ocorrer uma das seguintes situações: no dia 30 de novembro de 2023 ou quando for proferida a decisão pelo Tribunal de Contas em sede de fiscalização prévia do contrato com a referência interna 2023CPI5663B, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação de contrato.
2. Considerando que o Município de Espinho procederá ao pagamento mensal do número de refeições efetivamente consumidas, o contrato poderá terminar antecipadamente se o preço contratual se esgotar antes dos termos e condições definidas no número um.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

3. Pela razão identificada no número anterior, a vigência do contrato poderá prolongar-se para além das situações definidas no número um se, o preço contratual não se tiver esgotado e se não tiver sido for proferida a decisão pelo Tribunal de Contas em sede de fiscalização prévia do contrato com a referência interna 2023CPI5663B, sendo o adjudicatário obrigado a fornecer as refeições pelos preços unitários contratualizados até ao número de refeições efetivamente consumidas, até que perfaçam o esgotamento do preço contratual.

Cláusula 4.^a | **Preço Base**

1. O preço máximo unitário para cada refeição é o seguinte:

- Almoço de alunos (2,82€);
- Almoço de adultos (3,76€);
- Lanches (0,65€).

2. O preço base do procedimento é de 499.947,75€ (quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e quarenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos)) acrescido de Iva à taxa legal em vigor, que resulta da multiplicação das quantidades estimadas pelos preços máximos unitários, por cada tipo de refeição.

3. O preço máximo unitário foi fixado pelo preço contratual do anterior contrato celebrado por este município em 2022, que tinha a referência interna 2022AQCPV4642B.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS


Cláusula 5.^a | **Obrigações principais do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- Obrigação de proceder ao fornecimento de refeições, durante o período da vigência do contrato, estipulada na cláusula 3.^a deste caderno, de acordo com o elenco de estabelecimentos de ensino constantes do Anexo A deste documento;
- Obrigação de proceder ao fornecimento de refeições durante todos os dias úteis, abrangidos pelo período em que vigorará o contrato.

2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:


- Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
- Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos neste caderno de encargos.
- Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

- d. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
- e. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
- f. Obrigação de assegurar o mesmo preço pelas refeições a fornecer quer ao Município quer às entidades parceiras, em período não letivo, aos alunos dos estabelecimentos de ensino referidos no Anexo A, e cuja confeção ocorra em espaços adjudicados no presente procedimento.
- g. Obrigação de efetuar o fornecimento objeto do presente procedimento em perfeita conformidade com os regulamentos em vigor que se relacionem com o fornecimento a prestar e na restante legislação aplicável, incluindo, no que seja aplicável ao fornecimento, as Normas Portuguesas e Comunitárias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes, produtores, industriais e transportadores, ou de entidades detentoras de patentes.
- h. Obrigação de facultar aos serviços oficiais competentes, para efeitos de fiscalização, as respetivas instalações, equipamentos e produtos, sendo responsável por todas as infrações verificadas em matérias que, contratualmente, sejam da sua responsabilidade.
- i. Obrigação de cumprir todas as normas e imposições decorrentes da legislação laboral e contratação coletiva, inclusive no que respeita àquelas decorrentes de transmissão de estabelecimento, nos termos da Lei n.º 18/2021, de 8 de abril.
3. O adjudicatário obriga-se a prestar o fornecimento que constitui o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
4. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª | **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Espinho por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Cláusula 7.ª | **Entrega dos bens objeto do contrato**


1. O fornecedor obriga-se a confeccionar e distribuir, refeições nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º ciclos do ensino básico e secundário do concelho de Espinho, com todos os elementos referidos no Anexo A do presente caderno de encargos, no prazo da vigência do contrato.
2. O fornecedor continuará a confeccionar e distribuir refeições nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico do concelho de Espinho, nos períodos em que decorram as AAAP – Atividades de Animação e de Apoio à Família (pré-escolar) e CAF – Componente de Apoio à Família (1.º ciclo) e nas interrupções letivas.
3. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
4. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o fornecedor.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 8.ª | **Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico - Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem**

1. A entidade adjudicante baseia-se no número de requisições (quantidade de refeições/lanches) inseridas na plataforma eletrónica de gestão de ensino - Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem (SIGA), cujo número traduzir-se-á automaticamente em refeições servidas.
2. As requisições a que se refere o número anterior são inseridas na referida plataforma, pelos Encarregados de Educação, até às 15h30 horas do dia anterior em que são fornecidas, sendo da responsabilidade do adjudicatário consultar a plataforma SIGA no sentido de obter a contagem diária do número de refeições a fornecer.
3. O horário referido no número anterior poderá ser ajustado de acordo com as especificidades dos estabelecimentos de ensino e/ou do serviço.
4. Não obstante de estar indicado o número estimado de refeições no Anexo D, a faturação e respetivos pagamentos devidos pelo Município de Espinho serão realizados em conformidade com o número total de requisições inseridas na plataforma SIGA, sendo que os mapas mensais de requisições inseridas na referida plataforma serão utilizados para efeitos de faturação pelo adjudicatário.

Cláusula 9.ª | **2.º e 3.º ciclos e Secundário - Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem**

1. A entidade adjudicante baseia-se no número de requisições inseridas na plataforma eletrónica de gestão de ensino – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem (SIGA), cujo número traduzir-se-á automaticamente em refeições servidas.
2. As requisições que se refere o número anterior são inseridas na referida plataforma até à véspera do dia em que serão fornecidas pelos Encarregados de Educação, sendo da responsabilidade do adjudicatário consultar a plataforma SIGA no sentido de obter a contagem diária do número de refeições a fornecer.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

3. Não obstante o disposto no número anterior, podem ser requisitadas no próprio dia, até às 10:30 horas deste dia e desde que o número de requisições não ultrapasse uma percentagem de 5% em relação ao número de requisições inseridas na véspera.

4. O número de requisições nas circunstâncias previstas no número anterior deverá repercutir-se na quantidade de géneros alimentares a serem servidos e nunca poderá prejudicar as condições de fornecimento previstas no presente caderno de encargos.

Cláusula 10.^a | **Sistema de Gestão de Refeições**

O sistema de gestão de refeições indicado nas cláusulas 8.^a e 9.^o poderá, a qualquer momento, sofrer alterações por parte do Município de Espinho.

SUBSECÃO III - DEVER DE SIGILO

Cláusula 11.^a | **Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.^a | **Prazo do dever de sigilo**


O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

Cláusula 13.^a | **Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço contratual total é calculado tendo por base o preço máximo unitário do número de refeições estimadas, de acordo com o anexo D do presente caderno de encargos.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

3. A entidade adjudicante reserva-se ao direito de apenas pagar as refeições efetivamente consumidas, não podendo o adjudicatário exigir o pagamento do número de refeições estimativas durante a vigência do contrato quer a variação seja para mais ou para menos.

4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 14.^a | **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Espinho, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato, depois de conferidas as listagens com o n.º de refeições servidas em cada estabelecimento de ensino.

3. As faturas em causa devem conter os elementos previstos no artigo 299.º-B do CCP, mencionado, igualmente para o efeito o número do procedimento de contratação, bem como o número de compromisso (requisição externa de despesa) e deverão ser emitidas em nome do Município de Espinho.

4. As faturas devem ser enviadas para o Município, através da solução iLink, acessível em <https://www.ilink.pt>¹.

5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas e elementos, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 15.^a | **Revisão de Preços**


Exceto se imposto por Lei, e na exata medida de tal imposição, no decurso do contrato não haverá lugar à revisão ordinária ou extraordinária de preços.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 16.^a | **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

¹ O iLink dispõe de uma linha de apoio para colocação de qualquer questão que possa surgir, disponível através do email apoio@ilink.pt ou pelo telefone 707 451 451. Os operadores económicos estão isentos de custos de transação na utilização da solução, no envio das faturas para o Município de Espinho.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

- a) Sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária do fornecimento das refeições por parte do adjudicatário, este ficará sujeito ao pagamento de uma multa correspondente ao quádruplo do preço das refeições em falta e indemnizará a autarquia das despesas eventualmente realizadas com o fornecimento de alimentação alternativa. O serviço de refeições incluindo, na sua composição, elementos não autorizados contratualmente ou que não cumpram as exigências qualitativas ou quantitativas, mesmo que aceites pelo representante do estabelecimento de educação e ensino e/ou pela autarquia ou por outra entidade em que esta delegar funções, serão consideradas como se de uma suspensão do fornecimento se tratasse.
- b) Sempre que se registem, em consequência de inspeções e/ou auditorias da entidade adjudicante, de quem esta delegue ou de outras entidades oficiais ou ainda no seguimento das ações de verificação refletidas no preenchimento do impresso constante do Anexo B, situações violadoras do cumprimento do contrato (serviço não conforme no que respeita, nomeadamente, à composição da refeição, qualidade e/ou quantidade das matérias-primas usadas, alterações não autorizadas de ementas, uso de matérias-primas não autorizadas, acondicionamento deficiente ou uso de embalagens não adequadas), fica o adjudicatário sujeito a uma multa de valor correspondente ao das refeições servidas nesse dia no estabelecimento em questão, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato.
- c) Salvo casos comprovados de “força maior”, sempre que se verifiquem atrasos até 15 minutos, no fornecimento das refeições imputáveis ao adjudicatário, este incorrerá numa penalidade no valor correspondente a 5% do total das refeições abrangidas para esse dia. Para atrasos superiores a 15 minutos, a penalidade a atribuir será de 5% do valor referente ao total das refeições abrangidas por cada período de 15 minutos ou parcela por que decorrer o atraso.


2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Cláusula 17.^a | **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente se, não confeccionar e distribuir as refeições nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, pelo período de um dia.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Espinho.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Cláusula 19.^a | **Resolução por parte do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula sob epígrafe (Foro competente).

CAPÍTULO IV - SEGUROS

Cláusula 20.^a | **Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos, todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
2. O Município de Espinho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de cinco dias úteis.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 21.^a | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.


CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.^a | **Deveres de informação**

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 23.^a | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o fornecedor pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o fornecedor deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do fornecedor no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento pelo fornecedor que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo contraente público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.

5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

Cláusula 24.ª | **Comunicações e notificações**

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o contraente público e o prestador de serviços relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. As comunicações e as notificações dirigidas ao contraente público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.


Cláusula 25.ª | **Contagem dos prazos**

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 26.ª | **Legislação aplicável**


- O contrato é regulado pela legislação portuguesa
- Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 27.^a | Ementas

1. A confeção de refeições e captações a praticar, do presente procedimento deverá observar obrigatoriamente e integralmente as **Orientações Sobre Ementas e Refeitórios Escolares 2018 da Direção Geral da Educação, previstas na Circular n.º3097/DFE/de agosto de 2018**, bem como na **Lei n.º 11/2017 de 17 de abril** (obrigatoriedade de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos) e o **Despacho n.º 10919/2017 de 13 de dezembro** (Plano Integrado de Controlo da Qualidade e Quantidade das Refeições Servidas nos Estabelecimentos de Educação e Ensino Públicos).
 2. Respeitar as boas práticas de confeção, segundo ementas para um mês e/ou rotativas (mínimo 12 semanas), a aprovar pela entidade adjudicante, e a enviar, impreterivelmente, no limite, quinze dias antes da data prevista para implementação das mesmas. O envio deverá ser concretizado para o seguinte endereço de correio eletrónico: comunidade-educativa@cm-espinho.pt.
 3. Os lanches para as crianças do ensino pré-escolar, que frequentam a componente de apoio à família, deverão ser fornecidos diariamente e poderão ser compostos por sandes e, no máximo uma vez por semana, bolachas tipo “Maria”, torrada ou de água e sal.
 4. O recheio das sandes do lanche deverá ser diversificado, podendo ser composto por:
 - fiambre de peru ou de frango
 - queijo tipo flamengo, com baixo teor de gordura
 - manteiga, com baixo teor de gordura, no máximo uma vez por semana
 - compota/geleia, com baixo teor de açúcar, no máximo uma vez em cada duas semanas
 5. As sandes ou bolachas do lanche deverão ser acompanhadas por um dos seguintes alimentos:
 - iogurte
 - leite
 - leite com baixo teor de chocolate (no máximo uma vez por semana)
 - gelatina de origem vegetal
- Estes alimentos deverão ser servidos em embalagens individuais.
6. Em caso algum será aceite pela entidade adjudicante o não cumprimento das condições referidas nos números anteriores. Exige-se, deste modo, que qualquer refeição servida respeite as captações estabelecidas, não sendo legítimo que qualquer trabalhador ao serviço da entidade fornecedora de refeições decida, por si, aquilo que o utente, neste caso crianças/jovens, devem – ou não – comer, adaptando quantidades em função desse entendimento.
 7. Sendo preocupação da entidade adjudicante o fornecimento de refeições de qualidade e nutricionalmente equilibradas, não poderá descurar-se a função pedagógica na transmissão de conceitos de alimentação saudável, pelo que a escola e o pessoal em serviço no refeitório deverão fomentar o consumo de sopa, legumes e fruta, géneros alimentícios que os alunos tendem a dispensar, persuadindo-os a eleger os citados produtos, nunca indagando previamente se o aluno os pretende ou não.
 8. Qualquer alteração de ementas superveniente às validadas pelo Município, deverá ser comunicada por escrito, sem prejuízo da prévia e desejável informação verbal.


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

9. Na elaboração de ementas (almoço e lanche) a enviar à entidade adjudicante, devem ser tidos em consideração os seguintes aspetos:

- Complementar envio de ementas com a respetiva ficha técnica (indicar a composição da refeição, a matéria-prima utilizada, respetiva capitação e valor calórico, bem como a explanação do(s) método(s) de confeção);
- A ficha técnica deve estar arquivada em pasta própria, nos refeitórios escolares, para efeitos de consulta;
- A ementa apenas pode incluir fritos uma vez em cada duas semanas. Os óleos de fritura terão de ser testados após cada utilização. Os fritos devem ser confeccionados exclusivamente com óleo de amendoim, de qualidade, engarrafado (só para fritar). O número de utilizações do óleo de fritar deve ser controlado através de testes rápidos indicadores da qualidade do mesmo, devendo ser feitos registos dos resultados obtidos;
- Quando devidamente justificadas por prescrição médica, ou por motivos religiosos, deverão ser servidas refeições alternativas, mantendo, sempre que viável, a matéria-prima da ementa do dia;
- A designação das ementas deve ser clara e completa, permitindo a leitura da composição na totalidade, evitando denominações do tipo “arroz alegre” ou “frango à espanhola”;
- As ementas (almoço e lanche) devem ser afixadas em lugar ou lugares bem visíveis para a comunidade escolar;
- Os alimentos que não constam das **Orientações Sobre Ementas e Refeitórios Escolares 2018 da Direção Geral da Educação, previstas na Circular n.º3097/DFE/de agosto de 2018**, bem como na **Lei n.º 11/2017 de 17 de abril**, não podem ser utilizados na composição da ementa sem prévia autorização da entidade adjudicante, além de dever ter-se em conta as observâncias constantes no **Despacho n.º 10919/2017 de 13 de dezembro** (Plano Integrado de Controlo da Qualidade e Quantidade das Refeições Servidas nos Estabelecimentos de Educação e Ensino Públicos);
- O plano de ementas não pode ser alterado sem autorização prévia da entidade adjudicante. A proposta de reformulação da oferta alimentar deve incidir sobre os alimentos autorizados e capitações descritas;
- No contexto descrito anteriormente, torna-se obrigatório proceder à respetiva retificação das ementas afixadas, por forma a que a informação exposta corresponda ao efetivamente servido.

10. O adjudicatário compromete-se a fornecer uma refeição adaptada e adequada nos dias em que ocorram atividades fora do estabelecimento de ensino (piqueniques ou visitas de estudo) e que haja necessidade de fornecimento de refeição, a qual deverá ser constituída por:

- Dois pães (50g) com bife ou hambúrguer ou panado ou nuggets ou atum ou outro solicitado pelo adjudicante, acondicionados individualmente em película aderente ou outro material adequado (o recheio dos dois pães é escolhido pelo adjudicante e deve ser diferente);
- Uma peça de fruta (devidamente limpa);
- Um queque ou uma dose de 6 biscoitos ou bolachas tipo “Maria” (embalados individualmente);
- Um iogurte líquido natural ou de aroma ou um pacote de sumo ou néctar (com valor de pelo menos 50% de sumo de fruta);
- Uma garrafa de água engarrafada de 0,33cl.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

11. Poderão ser solicitadas pelo Município refeições completas takeaway, por razões de força maior, que deverão ser constituídas por sopa, prato, pão e sobremesa, independentemente do nível de ensino e com a devida adaptação de quantidades à faixa etária dos alunos.
12. Para o fornecimento destas refeições o adjudicatário terá de adquirir Kits descartáveis, de acordo com o tipo de refeição.
13. O previsto nos números anteriores não implica qualquer encargo adicional para o Município de Espinho.
14. O fornecimento de refeições deve obedecer às normas constantes do Regulamento (UE) n.º 2021/832 de 3 de março de 2021, que altera os anexos do Regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à higiene dos géneros alimentícios no que se refere à gestão de alérgenos alimentares, à redistribuição dos alimentos e à cultura de segurança dos alimentos.

Cláusula 28.^a | **Matéria-prima alimentar**

1. A matéria-prima alimentar fresca/refrigerada não pode, em caso algum, ser submetida ao processo de congelação dentro da unidade, na medida em que o respetivo equipamento de frio dos refeitórios não se destina à congelação de alimentos, mas somente à manutenção de produtos já congelados.
2. O aprovisionamento da matéria-prima alimentar perecível deve ser efetuado, no mínimo, 2 vezes por semana, independentemente do número de refeições servidas.
3. Não é permitida a utilização de manteigas e margarinas na confeção de alimentos.

Cláusula 29.^a | **Preparação e arrumação das instalações**


No âmbito da execução do contrato, e quando da responsabilidade do adjudicatário (de acordo com Anexo A – tipologia do serviço), este deverá assegurar, com o número de pessoas afetas a cada um dos refeitórios, a limpeza e a arrumação das respetivas instalações e equipamentos do refeitório, assegurando as condições necessárias ao correto funcionamento.

Cláusula 30.^a | **Execução e distribuição**

1. A confeção de refeições nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável, de modo a garantir as características técnicas gerais das refeições, bem como o adequado funcionamento do refeitório.
2. Existindo a necessidade de refeições transportadas, estas decorrerão sob total responsabilidade do adjudicatário, devendo o mesmo, dispor de equipamento de acondicionamento e transporte de refeições devidamente homologado, cumprindo assim os requisitos de higiene e segurança alimentar previstos na legislação vigente.

Cláusula 31.^a | **Verificação da execução e distribuição**

1. O adjudicatário deve disponibilizar o Anexo B – Registo de Funcionamento do Refeitório – a um representante a designar pelo estabelecimento de ensino, proporcionando, deste modo, um instrumento de verificação e execução do serviço de refeições.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06


2. A ausência de um representante do adjudicatário, não obsta a que se proceda às operações de verificação constantes nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.
3. Sempre que se verifiquem situações violadoras do Caderno de Encargos, o estabelecimento de ensino enviará ao Município de Espinho o Anexo B – Registo de Funcionamento do Refeitório, com a maior brevidade.
4. Sempre que se verifique uma suspensão do fornecimento de refeições por motivos não imputáveis ao adjudicatário (falta de água, eletricidade ou outros), o estabelecimento de ensino informará de imediato, por escrito, o adjudicatário e o Município de Espinho, sem prejuízo da vantajosa comunicação verbal.

Cláusula 32.^a | **Rejeição das matérias-primas e decisão após verificação**

1. Após a verificação quantitativa e qualitativa das matérias-primas adquiridas, os representantes do Município de Espinho, eventualmente presentes na escola, aceitam ou rejeitam as mesmas. Os géneros que não satisfaçam as necessárias condições sanitárias e qualitativas serão recusados e considerados como não fornecidos, não podendo entrar na confeção de qualquer refeição, devendo o adjudicatário substituir e remover, de imediato, e por sua conta, as matérias-primas declinadas. Se a remoção não for efetuada, poderá a entidade parceira concretizá-la, a expensas do adjudicatário.
2. Em caso de rejeição de qualquer matéria-prima e/ou de qualquer género incorporado na ementa, o adjudicatário deverá proceder à sua substituição imediata por produtos idênticos ou sucedâneos, de acordo com as **Orientações Sobre Ementas e Refeitórios Escolares 2018 da Direção Geral da Educação, previstas na Circular n.º3097/DFE/de agosto de 2018**, bem como na **Lei n.º 11/2017 de 17 de abril**, além de dever ter-se em conta as observâncias constantes no **Despacho n.º 10919/2017 de 13 de dezembro** (Plano Integrado de Controlo da Qualidade e Quantidade das Refeições Servidas nos Estabelecimentos de Educação e Ensino Públicos) sem prejuízo do normal funcionamento do refeitório.
3. Todos os encargos com a substituição, devolução ou destruição das matérias-primas e/ou dos géneros incorporados nas ementas rejeitadas serão suportados, exclusivamente, pelo adjudicatário.
4. Perante suspeita de indisposição/toxinfecção alimentar eventualmente associados à ingestão de alimentos no refeitório, o estabelecimento de ensino, através do seu representante, deve:
 - i. Isolar as instalações do refeitório até à chegada das autoridades referidas no ponto ii;
 - ii. Contactar, de imediato, a autoridade de saúde pública concelhia;
 - iii. Informar, pela via mais rápida, o Município de Espinho;
 - iv. Estar presente aquando da intervenção das autoridades competentes.

Cláusula 33.^a | **Controlo**

1. O adjudicatário obriga-se a facultar a visita das instalações, o exame dos produtos em fase de armazenagem, preparação e confeção, bem como a documentação referente aos mesmos (faturas/guias de remessa devidamente arquivadas na unidade e rótulos dos produtos confeccionados, os quais devem ser guardados por um período correspondente a 72 horas) aos técnicos do Município de Espinho eventualmente presentes, sem descorar os serviços e organismos com competência específica.
2. A fim de apreciarem a qualidade das refeições servidas, os técnicos adstritos aos serviços de educação do Município farão visitas aleatórias aos refeitórios escolares, podendo almoçar, gratuitamente, nos espaços de


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

alimentação coletiva.

- O adjudicatário obriga-se a preencher e a facultar os registos de entrada e saída de matéria-prima, que devem estar devidamente arquivados.
- O adjudicatário obriga-se a recolher diariamente amostras do prato confeccionado, com todos os seus componentes, assim como da sopa e sobremesa. Essas amostras devem ser recolhidas para sacos esterilizados, em triplicado, a primeira das quais no início do serviço de refeições, a segunda no decorrer do serviço, devendo a terceira ser recolhida no fim do serviço de fornecimento dos almoços. A recolha deve ser feita dos pratos colocados nos refeitórios ou, quando aplicável, na linha de self, de forma asséptica, e não retirada diretamente das cubas ou recipientes onde foram confeccionados os alimentos. Após a colheita, as três amostras deverão ser etiquetadas (data, hora, identificação da refeição, nome do funcionário que concretizou a recolha) e refrigeradas/congeladas, permanecendo, obrigatoriamente, 72 horas no ambiente descrito.
- A entidade adjudicante poderá, a qualquer momento e sempre que o entender, tomar amostras das refeições e mandar proceder a análises, ensaios e provas em laboratórios credenciados.
- O adjudicatário obriga-se a facultar todos os documentos referentes ao sistema de HACCP implementado em cada um dos refeitórios escolares.

Cláusula 34.^a | **Instalações e equipamentos**

- A entidade adjudicante disponibiliza o equipamento fixo e móvel existente nos refeitórios de responsabilidade Municipal à data da entrada em vigor da contratualização de serviços, bem como as instalações físicas necessárias ao desempenho do serviço.
- Consideram-se instalações do refeitório, a cozinha, a copa, a(s) despensa(s), os sanitários do pessoal, os corredores e todos os anexos.
- O adjudicatário fica responsável pela utilização de todo o equipamento e instalações cedidas, correndo por sua conta as a perdas e danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal;
- A palamenta é disponibilizada pela entidade adjudicante, devendo o adjudicatário fazer gestão parcimoniosa destes recursos, evitando o seu extravio.
- A entidade adjudicante só procederá a novo apetrechamento ao nível de alguns dos equipamentos fixos e móveis, se o adjudicatário vier fundamentadamente demonstrar que é imprescindível a aquisição daqueles equipamentos fixos e móveis, uma vez que colocam em causa a confeção e distribuição de refeições nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.
- As instalações, os equipamentos, a palamenta e os demais materiais, deverão apresentar-se sempre em boas condições de higiene e conservação.
- O adjudicatário é responsável pelas operações de desinfeção e limpeza das instalações e equipamentos, nomeadamente em contextos supervenientes de manifestações desconformes, no âmbito da manutenção de requisitos mínimos de higiene, de acordo com a tipologia do serviço definida no Anexo A, bem como pelos encargos com os materiais e os produtos utilizados.
- O adjudicatário deve zelar pela correta utilização dos materiais e produtos de limpeza (biodegradáveis), evitando o seu uso abusivo, excessivo ou a sua aplicação errada, obedecendo a plano de higienização previamente definido e afixado.
- A desinfestação das instalações constitui encargo do adjudicatário, devendo ser executadas por empresas da

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

especialidade, pelo menos uma vez por semestre letivo e sempre que se verifique necessário.

10. Os encargos com água, gás e eletricidade são da responsabilidade da entidade adjudicante, sempre que a prestação do serviço ocorra em instalações sob alçada municipal.

11. As temperaturas dos sistemas de frio, bem como as dos equipamentos de manutenção de temperaturas quentes, deverão ser diariamente verificadas através de termómetros específicos e feitos os respetivos registos.

12. O fornecimento de papel para limpeza de objetos/utensílios de cozinha e higiene das mãos, toalhetes de papel para os tabuleiros, guardanapos de papel, bem como o empacotamento de talheres e do pão, constituem procedimento de cariz obrigatório e é da responsabilidade do adjudicatário. Os guardanapos de papel deverão ser de folha dupla, com a dimensão de 33 x 33.

Cláusula 35.^a | **Confeção de alimentação para outros fins**

1. O adjudicatário confecciona as refeições em cozinhas da propriedade da entidade adjudicante, sendo vedada a admissão de refeições provenientes de espaços de confeção não atribuídos ao adjudicatário.

2. O adjudicatário não está, em caso algum, autorizado a confeccionar e/ou servir refeições nas instalações da entidade adjudicante, para outras entidades que não o Município de Espinho, exceto se devidamente autorizado por este.

3. Executa-se o fornecimento de refeições escolares destinadas a alunos de outras escolas do concelho, que sejam indicados formalmente pela entidade adjudicante, desde que se cumpram os requisitos necessários ao transporte e conservação.

4. Executa-se, também, o fornecimento de refeições escolares destinadas a atividades específicas, que sejam indicadas formalmente pela entidade adjudicante.

5. Nos casos referidos nos números anteriores, o adjudicatário fica responsável pelo transporte das refeições se existir essa necessidade.

Cláusula 36.^a | **Pessoal**


1. O pessoal afeto à prestação da tipologia de serviços descrita no Anexo A, deverá estar identificado e observar as regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes às respetivas funções a executar, pertencendo as respetivas sanções e encargos ao adjudicatário.

2. O adjudicatário deve assegurar o cumprimento do disposto em suporte legal em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho.

3. O adjudicatário deverá fornecer formação específica e regular aos trabalhadores que diariamente manipulam alimentos, designadamente no domínio da “Higiene e Segurança Alimentar”. O plano de formação e respetivos conteúdos temáticos deverão ser atempadamente apresentados à entidade adjudicante.

4. O adjudicatário obriga-se a dar formação adequada ao pessoal da entidade adjudicante, que procederá ao acompanhamento das refeições, sempre que necessário.

5. O adjudicatário deve assegurar que qualquer pessoa que seja portadora de uma doença facilmente transmissível através dos alimentos, ou por contacto com crianças, nomeadamente feridas infetadas, infeções cutâneas, inflamações/infeções de etiologias diversas ou distúrbios gastro-intestinais, seja privada do manuseamento de alimentos e contacto com os alunos, sempre que daí advenha probabilidade de contaminação direta ou indireta.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

6. O pessoal afeto à confeção de refeições escolares nos espaços concessionados, terá de corresponder às exigências do serviço e à legislação em vigor, designadamente ao nível de horários a praticar e respeito por critérios inerentes à quantidade e qualidade das refeições a produzir.

7. O adjudicatário deverá assegurar a substituição e/ou reforço do pessoal sempre que as necessidades do serviço e a legislação em vigor o exijam, nomeadamente por motivo de aposentação, ausência, doença ou férias. Este procedimento não poderá acarretar encargos suplementares.

Cláusula 37.^a | **Irregularidades**

1. As irregularidades constatadas e não resolvidas atempadamente pelo adjudicatário, de forma que o fornecimento diário não seja prejudicado, deverão ser imediatamente comunicadas à entidade adjudicante.

2. Consideram-se irregularidades:

- A má confeção da refeição;
- A má qualidade da fruta;
- A má qualidade da carne e do peixe;
- A utilização de géneros interditos;
- O não cumprimento das capitações;
- A qualidade duvidosa dos géneros a incluir na refeição;
- A ausência dos acompanhamentos obrigatórios na refeição;
- Problemas relacionados com a higienização;
- A alteração das ementas sem autorização prévia da entidade adjudicante;
- Outros problemas que coloquem em causa a qualidade do fornecimento.


Cláusula 38.^a | **Anexos**

ANEXO A – Elenco de refeitórios e tipologia de serviços

ANEXO B – Registo de funcionamento do refeitório


ANEXO C – Moradas e telefone dos estabelecimentos de ensino

ANEXO D – Refeições mensais previstas

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06


ELENCO DE REFEITÓRIOS E TIPOLOGIA DE SERVIÇOS

ANEXO A


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Quadro I – Confeção e distribuição de refeições escolares (almoço):


Freguesia em que a Escola ou JI está localizado	Estabelecimento de Ensino	N.º estimado de alunos que frequentará o estabelecimento de ensino	N.º estimado de alunos que usufruirá de refeições (almoço)	Local de confeção	Tipologia do serviço	Local de provimento da refeição
Anta/Guetim	Escola Básica de Anta – EB1	229	214	Cozinha da EB de Anta	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB1 de Anta
Anta/Guetim	Escola Básica de Anta – JI	142	130	Cozinha da EB de Anta	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Anta
Paramos	Escola Básica de Paramos – EB1	153	122	Cozinha da EB de Paramos	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB1 de Paramos
Paramos	Escola Básica de Paramos – JI	45	43	Cozinha da EB de Paramos	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Paramos
Silvalde	Escola Básica de Silvalde – EB1	95	88	Cozinha da EB de Silvalde	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB1 de Silvalde
Silvalde	Escola Básica de Silvalde – JI	69	67	Cozinha da EB de Silvalde	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Silvalde

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Freguesia em que a Escola ou JI está localizado	Estabelecimento de Ensino	N.º estimado de alunos que frequentará o estabelecimento de ensino	N.º estimado de alunos que usufruirá de refeições (almoço)	Local de confeção	Tipologia do serviço	Local de provimento da refeição
Espinho	Escola Básica de Espinho 2 – EB1	266	235	Cozinha da EB de Espinho 2	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB1 de Espinho 2
Espinho	Escola Básica de Espinho 2 – JI	123	96	Cozinha da EB de Espinho 2	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Espinho 2
Anta/Guetim	Escola Básica Integrada Sá Couto -EB1	273	226	Cozinha da EBI Sá Couto	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EBI Sá Couto
Anta/Guetim	Escola Básica Integrada Sá Couto– JI	141	112	Cozinha da EBI Sá Couto	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EBI Sá Couto
Anta/Guetim	Escola Básica de Guetim- EB1	83	79	Cozinha da EB de Guetim	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB1 Guetim
Anta/Guetim	Escola Básica de Guetim- JI	71	63	Cozinha da EB de Guetim	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Guetim


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Freguesia em que a Escola ou JI está localizado	Estabelecimento de Ensino	N.º estimado de alunos que frequentará o estabelecimento de ensino	N.º estimado de alunos que usufruirá de refeições (almoço)	Local de confeção	Tipologia do serviço	Local de provimento da refeição
Espinho	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida 2º, 3º CEB e Secundário	1472	998	Cozinha da Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida
Silvalde	Escola Básica e Secundária Domingos Capela 2º, 3º CEB e Secundário	222	134	Cozinha da Escola Básica Domingos Capela	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da Escola Básica e Secundária Domingos Capela
Anta/Guetim	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Laranjeira 2º, 3º CEB e Secundário	1395	877	Cozinha da Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira
Anta/Guetim	Escola Básica Integrada Sá Couto 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	309	255	Cozinha da Escola Básica Integrada Sá Couto	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da Escola Básica Integrada Sá Couto

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06


Quadro II – Confeção e distribuição de refeições escolares JI/EB1 (lanche):

Freguesia em que a Escola ou JI está localizado	Estabelecimento de Ensino	N.º estimado de alunos que frequentará o estabelecimento de ensino	N.º estimado de alunos que usufruirá de refeições (lanche)	Local de confeção	Tipologia do serviço	Local de provimento da refeição
Anta/Guetim	Escola Básica de Anta – JI	142	72	Cozinha da EB de Anta	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Anta
Paramos	Escola Básica de Paramos – JI	45	33	Cozinha da EB de Paramos	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Paramos
Silvalde	Escola Básica de Silvalde – JI	69	49	Cozinha da EB de Silvalde	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Silvalde
Espinho	Escola Básica de Espinho 2 – JI	123	68	Cozinha da EB de Espinho 2	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Espinho 2
Anta/Guetim	Escola Básica Integrada Sá Couto-JI	141	66	Cozinha da EBI Sá Couto	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório JI da EBI Sá Couto
Anta/Guetim	Escola Básica de Guetim- JI	71	39	Cozinha da EB de Guetim	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório do JI de Guetim


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Quadro III – Confeção e distribuição de refeições escolares (almoço-adultos):

Freguesia em que a Escola ou JI está localizado	Estabelecimento de Ensino	N.º estimado de adultos que usufruirá de refeições (almoço)	Local de confeção	Tipologia do serviço	Local de provimento da refeição
Anta/Guetim	Escola Básica de Anta	7	Cozinha da EB de Anta	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB de Anta
Paramos	Escola Básica de Paramos	5	Cozinha da EB de Paramos	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB de Paramos
Silvalde	Escola Básica de Silvalde	2	Cozinha da EB de Silvalde	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB de Silvalde
Espinho	Escola Básica de Espinho 2	4	Cozinha da EB de Espinho 2	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB de Espinho 2
Anta/Guetim	EB1 de Guetim	2	Cozinha da EB de Guetim	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da EB1 de Guetim
Espinho	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	15	Cozinha da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida
Silvalde	Escola Básica e Secundária Domingos Capela 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	8	Cozinha da Escola Básica Domingos Capela	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da Escola Básica e Secundária Domingos Capela
Espinho	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Laranjeira 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	20	Cozinha da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Laranjeira	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Laranjeira


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Anta/Guetim	Escola Básica Integrada Sá Couto 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	4	Cozinha da Escola EBI Sá Couto	Confeção de refeições, higienização do espaço de confeção e consumo de refeições e palamenta utilizada no refeitório e empratamento de refeições	Refeitório da Escola Básica Integrada Sá Couto
-------------	---	---	--------------------------------	--	--

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

REGISTO DE FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO

ANEXO B

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

**REGISTO DE FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO**

PC05-00-IMP-08 | 01

Classificação: 00.00.00

ANO LETIVO _____ / _____

Local da prestação do serviço de refeições	
Identificação da Entidade Prestadora do serviço	

1 – Ementa

Data ____/____/____

Sopa	
Prato	
Sobremesa (Fruta/Doce)	

2 – Análise do Funcionamento do Serviço

Componentes	Boa	Aceitável	Má
1. Confeção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Qualidade dos Produtos utilizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Quantidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Apresentação do Serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Eficiência do Serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Apresentação do Pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Higiene das Instalações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Outros _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>


3 – Observações (Informação relevante, sempre que as circunstâncias o justifiquem)

--

Assinatura (legível) do Representante do Estabelecimento de Ensino _____
Data ____/____/____


NOTA

Este documento deve ser preenchido pelo Estabelecimento de Ensino, sempre que se registem insuficiências no serviço prestado, sendo obrigatório o seu envio ao Município de Espinho.


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

MORADAS E TELEFONES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

ANEXO C


	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Estabelecimento de Ensino	Morada	Telefone/Tlm
Escola Básica de Anta	Rua das Escolas 4500-130 Anta	227 321 348
Escola Básica de Paramos	Travessa dos Loureiros 4500-542 Paramos	227 313 212 937 638 627
Escola Básica de Silvalde	Estrada Nacional 109 4500-603 Silvalde	227 313 172 937 638 628
Escola Básica de Espinho 2	Rua 22 e 29 4500-143 Espinho	937 630 340
Escola Básica de Guetim	Rua Luís de Camões n. º114 4500-410 Espinho	227 347 656 968 452 417
Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário	Rua 35 4500-321 Espinho	227 340 282
Escola Básica Domingos Capela 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário	Rua D. Dinis 4500-643 Silvalde	227 314 185
Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Laranjeira 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário	Praceta Manuel Laranjeira 93 - Apartado 197 4500-023 Espinho	227 330 830
Escola Básica Integrada Sá Couto 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Rua 34 4504-854 Espinho	968 452 817

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06


REFEIÇÕES MENSAIS PREVISTAS

ANEXO D

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

REFEIÇÕES PRÉ, 1º,2º,3º CICLO E SECUNDÁRIO							
Escola	2023/2024		Estimativa Mensal de N.º de Refeições				
	N.º Estimado Alunos	N.º Estimado de Alunos c/ Refeição	Setembro	Setembro (CAF)	Outubro	Novembro	Novembro (AAAF/CAF)
Anta	371	344	4 472	329	7 224	4 128	144
Espinho 2	389	331	4 303	308	6 951	3 972	183
Guetim	154	142	1 846	49	2 982	1 704	78
Paramos	198	165	2 145	119	3 465	1 980	117
Silvalde	164	155	2 015	63	3 255	1 860	75
AEMGA	1472	998	12 974	–	20 958	11 092	–
AEML	1 395	877	11 401	–	18 417	9 896	–
Sá Couto	723	593	7 709	385	12 453	7 116	192
Domingos Capela	222	134	1 742	–	2 814	1 588	–

REFEIÇÕES DE ADULTOS					
Escola	2023/2024		Estimativa Mensal de N.º de Refeições		
	N.º Estimado Adultos	N.º Estimado Adultos c/ Refeição	Setembro	Outubro	Novembro
Anta	46	2	26	42	20
Espinho 2	37	1	13	21	10
Guetim	15	1	13	21	10
Paramos	19	2	26	42	20
Silvalde	21	1	13	21	10
AEMGA	264	2	26	42	20
AEML	215	7	91	147	70
Sá Couto	107	1	13	21	10
Domingos Capela	17	1	13	21	10

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2023/2024	
	NIPG	8776/23	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

LANCHES DO PRÉ-ESCOLAR							
Escola	2023/2024		Estimativa Mensal de N.º de Lanches				
	N.º estimado Alunos (tarde)	N.º Estimado de Alunos c/ Lanche	Setembro	Setembro (CAF)*	Outubro	Novembro	Novembro (CAF)
Anta	142	72	936	329	1 512	720	96
Sá Couto	141	66	858	385	1 386	660	128
Espinho 2	120	68	884	308	1 428	680	122
Guetim	71	39	507	49	819	390	52
Paramos	45	33	429	119	693	330	78
Silvalde	69	49	637	63	1 029	490	50

*lanches para os alunos(as) do 1.º ciclo do ensino básico inscritos na Componente de Apoio à família (CAF) na interrupção de setembro e de novembro.

A Presidente da Câmara Municipal,